



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V – JOÃO PESSOA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS - CCBSA
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

CAMILA MARIANE FERREIRA DANTAS GOUVEIA

**A COOPERAÇÃO UEPB (BRASIL) E TIMOR-LESTE NA PERSPECTIVA DOS
ESTUDANTES TIMORENSES DE GRADUAÇÃO**

**JOÃO PESSOA
2018**

CAMILA MARIANE FERREIRA DANTAS GOUVEIA

**A COOPERAÇÃO UEPB (BRASIL) E TIMOR-LESTE NA PERSPECTIVA DOS
ESTUDANTES TIMORENSES DE GRADUAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Silvia Garcia Nogueira.

JOÃO PESSOA
2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

G719c Gouveia, Camila Mariane Ferreira Dantas.
A cooperação UEPB (BRASIL) e Timor-Leste na perspectiva dos estudantes timorenses de graduação [manuscrito] : / Camila Mariane Ferreira Dantas Gouveia. - 2018.
37 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2018.
"Orientação : Profa. Dra. Silvia Garcia Nogueira, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."
1. Timor-Leste. 2. Brasil. 3. Educação. 4. UEPB. 5. Cooperação internacional.

21. ed. CDD 327.17

CAMILA MARIANE FERREIRA DANTAS GOUVEIA

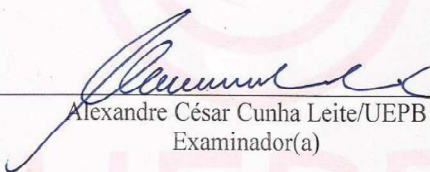
A COOPERAÇÃO UEPB (BRASIL) E TIMOR-LESTE NA PERSPECTIVA DOS
ESTUDANTES TIMORENSES DE GRADUAÇÃO

Monografia apresentada ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Estadual da
Paraíba.

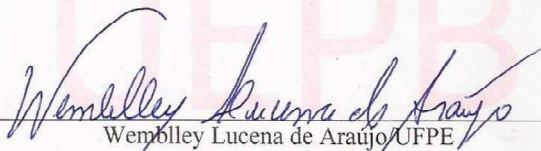
Aprovado(a) em 21 / 06 / 2018.



Silvia Garcia Nogueira/UEPB
Orientador(a)



Alexandre César Cunha Leite/UEPB
Examinador(a)



Wemilley Lucena de Araújo/UFPE
Examinador(a)

A minha avó Dulce Gouveia (*in memoriam*), por seu amor, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Aos mestres que contribuíram para a minha formação, em especial à professora Sílvia Nogueira, orientadora deste trabalho pela paciência e presteza, e aos membros da banca examinadora, professores Alexandre César e Wemblley Araújo pela disponibilidade, palavras de incentivo e considerações a este estudo.

Aos colegas timorenses, razão da existência dessa pesquisa. A vocês sou muito grata pela amizade, colaboração e sobretudo confiança.

À Coordenadoria de Relações Internacionais (Cori) da universidade pela disponibilização dos dados necessários a esta pesquisa.

À Sandra, Niedja, Júnior e demais funcionários da UEPB pela presteza no atendimento quando me foi necessário.

Às companheiras de jornada Aline, Ana Cláudia, Christianne, Livia, Luiza, Magna e Suzeti, pela amizade e cooperação durante todo o curso. Aos demais colegas de classe das turmas que participei.

A Deus por me permitir chegar ao final dessa etapa e por todas as experiências vividas no decorrer desse período.

Aos meus pais, Maurílio e Claudete por todos os seus esforços. A dedicação de vocês foi o que me fez chegar até aqui. A minha irmã Marcela pela companhia no dia a dia dos últimos cinco anos.

A minha avó Sebastiana, por seu exemplo de superação, conselhos e orações.

Aos meus avós Marcos e Dulce (*in memoriam*) por me auxiliarem nessa caminhada. No meio dela você se foi vovó, quão triste e repentina foi sua partida. Sem você as coisas ficaram mais difíceis, porém seu exemplo de amor e dedicação me deu forças para continuar.

Aos meus tios, primos e toda a família, pelo auxílio prestado em minha estadia na cidade de João Pessoa, em especial Roberto Gouveia.

Às minhas amigas Melissa e Thaís, vocês são muito importantes na minha vida.

Aos funcionários da prefeitura de Monteiro, em especial ao motorista Eliomarcos (*in memoriam*) falecido no meio da minha graduação, por todas as caronas que me ajudaram nas idas e vindas entre Monteiro e João Pessoa.

A Dedé, Matheus, e demais funcionários da xerox, pela tolerância e descontos no decorrer dos últimos anos.

À dona Eva e seu esposo, pela solicitude nos momentos de maior necessidade.

“Nós somos um povo, jovem e forte
Juntos nós somos, uma pátria unida
Levantamos mais alto, com uma missão
Para levar ao mundo, o nosso Timor”
(*Identidade* – Benigno Guterres)

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	07
1	Timor-Leste: contexto histórico.....	09
1.1	Educação como Estratégia de Reconstrução Nacional.....	12
1.2	Ensino Superior timorense.....	14
2	Timor no Brasil, Brasil em Timor.....	17
2.1	Cooperação Acadêmica: Ministério da Educação de Timor-Leste e UEPB.....	21
2.2	Vivência Paraibana.....	24
2.3	Retorno à pátria.....	27
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
	REFERÊNCIAS	33

A COOPERAÇÃO UEPB (BRASIL) E TIMOR-LESTE NA PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES TIMORENSES DE GRADUAÇÃO

Camila Mariane Ferreira Dantas Gouveia¹

RESUMO

Cooperações internacionais marcam a história de Timor-Leste independente, a partir de 2002. Nelas estão inclusos os acordos bilaterais com o Brasil, a exemplo do Acordo de Cooperação Educacional, celebrado no mesmo ano, que oferece margem para a assinatura do Protocolo de Cooperação entre o Ministério da Educação de Timor-Leste e a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) em 2012 no âmbito acadêmico. Este protocolo e seus desdobramentos servem de base para a presente pesquisa. O objetivo do trabalho é apresentar e analisar as experiências dos estudantes bolsheiros timorenses que cursam graduação na UEPB e discutir como elas influenciam as escolhas profissionais desses jovens, que se sentem comprometidos com a reconstrução de seu país. Para a coleta de dados foram utilizados meios digitais de comunicação (Facebook, WhatsApp e E-mail) e entrevistas presenciais com 13 estudantes timorenses dos Campus I (Campina Grande) e V (João Pessoa) da UEPB. Os alunos buscaram durante seu curso de graduação adquirir conhecimentos que pudessem ser aplicados em seu país possibilitando-os auxiliar nos processos de *state e nation building*.

Palavras-Chave: Timor-Leste. Brasil. Cooperação. Educação. UEPB.

INTRODUÇÃO

A cooperação acadêmica é uma vertente positiva das Relações Internacionais e contribui com o desenvolvimento socioeconômico de países, pois está diretamente relacionada com a qualificação da mão de obra da população. Brasil e Timor-Leste iniciaram o desenvolvimento de cooperações técnicas a partir de 2000 em um acordo firmado entre o estado brasileiro (através da Agência Brasileira de Cooperação – ABC) e a Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET) após a recente nação ter saído de uma intensa situação de conflito.

Foi em 20 de maio de 2002 que houve a celebração em Díli (capital de Timor-Leste) do Acordo de Cooperação Educacional entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática de Timor-Leste, viabilizando o intercâmbio de estudantes e de profissionais da educação entre os dois países (BRASIL, 2004).

¹ Aluna de Graduação em Relações Internacionais na Universidade Estadual da Paraíba – Campus V.
E-mail: camiladantas815@gmail.com

Por desdobramento deste acordo foi firmado o Protocolo de Cooperação entre o Ministério da Educação de Timor-Leste (ME-TL) e a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) em 13 de abril de 2012 a partir do desejo comum de promover a cooperação para o desenvolvimento com base no benefício mútuo e na reciprocidade (UEPB, 2012).

Tendo em vista a importância da cooperação educacional entre países para o desenvolvimento, a cooperação educacional entre Brasil e Timor-Leste e levando em consideração a importância da educação de nível superior para o ME-TL e a UEPB, este trabalho tem como objetivo apresentar a experiência vivenciada pelos alunos de graduação timorenses da uepb e suas perspectivas no retorno ao seu país, onde podem continuar suas carreiras profissionais, dessa maneira contribuindo para a reconstrução de Timor-Leste.

O problema da pesquisa consiste em: a participação da UEPB na formação dos estudantes timorenses de graduação auxilia no processo de reconstrução de Timor-Leste?

Este estudo teve início no projeto de iniciação científica intitulado *Perspectivas dos estudantes timorenses da Uepb na reconstrução de seu estado-nação*, na qualidade de voluntária, e pelas discussões do grupo de estudos sobre Timor-Leste (Lafaek), ambos coordenados pela professora Dra. Silvia Garcia Nogueira.

O interesse pelo tema se deu pela amizade desenvolvida em sala de aula com estudantes timorenses de Relações Internacionais do campus V da UEPB a partir da convivência diária com estes estudantes. Foi através de conversas informais no dia a dia acadêmico que o sentimento de solidariedade para com as dificuldades iniciais enfrentada pelos estudantes surgiu e me levou a buscar participação formal no grupo de estudos sobre Timor-Leste (Lafaek).

Este trabalho está dividido em duas seções. Na primeira será realizada uma contextualização da história recente de Timor-Leste e do tema da educação nesse país (com foco no nível superior) além de explicar rapidamente sobre a cooperação técnica para o desenvolvimento entre Brasil e Timor-Leste (com foco nas modalidades educacional acadêmica). No segundo momento têm-se os apontamentos sobre as experiências dos estudantes timorenses de graduação participantes do processo de cooperação entre o ME-TL e a UEPB, acompanhados de uma análise sobre a volta dos estudantes para sua nação onde irão contribuir com suas carreiras profissionais para a reconstrução de Timor-Leste.

A pesquisa foi realizada através do contato com 13 alunos dos Campus I e V (Campina Grande e João Pessoa, respectivamente) da UEPB por meio de redes sociais como Facebook, WhatsApp e E-mail e de entrevistas presenciais, pesquisa de campo,

acompanhamento no cotidiano da academia pelo fenômeno da observação participante e análise documental.

1 Timor-Leste: contexto histórico

Timor-Leste é uma das mais recentes nações da atual configuração de Estados. Localizada no sudeste asiático com área de 15.007 km², a ilha de Timor foi alvo de disputas coloniais no século XVI entre Holanda e Portugal. Após décadas, os colonizadores realizaram um acordo que dividia a ilha em Timor Ocidental (Holandês) e Timor Português (Timor-Leste). As colônias holandesas da região, ao conquistarem sua independência em 1945 (passando por quatro anos de guerra pela independência, conseguiu reconhecimento holandês em 1949) integraram o estado da Indonésia, ao passo que Timor-Leste conquista sua descolonização em relação a Portugal no ano de 1975 (TIMOR-LESTE. [2018?]).

Esse fato aconteceu após a Revolução dos Cravos² de 25 de abril de 1974 em Portugal, que restaurou a democracia do país e permitiu o direito à autodeterminação de suas colônias. Dessa forma, é autorizada a criação de partidos políticos nas colônias portuguesas. Em Timor se formaram muitos partidos, mas os principais foram três: a UDT (União Democrática Timorese), a favor da integração de Timor em uma comunidade de língua portuguesa; a FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente), a favor da independência do país e a APODETI (Associação Popular Democrática Timorese), que possuía interesse na integração, com autonomia, do território timorese ao indonésio.

Segundo Durand (2009), inicialmente os administradores portugueses sentiram-se tentados a deixar que a Indonésia integrasse Timor-Leste, porém decidiram pela descolonização do território conforme um calendário preciso. De acordo com o autor, “os serviços secretos indonésios influenciaram então a UDT, incitando-a a apoderar-se do poder pela força”, causando, a partir de um golpe de estado em agosto de 1975, “entre 1500 e 3000 mortos. De Setembro a Dezembro do mesmo ano, a Fretilin apoderou-se do controlo do território”. (DURAND, 2009. p. 115)

A partir do exposto por Durand (2009), era constante a ameaça de invasão ao território de Timor-Leste. Diante disso, a FRETILIN declara a independência do território em 28 de

² “[...] ação civil e militar que depôs uma ditadura energicamente mantida desde 1932. Naquele dia, os integrantes do Movimento das Forças Armadas (MFA), jovens membros da oficialidade do país, tomaram as ruas de Lisboa para exigir a saída das lideranças fascistas do poder. O povo, surpreso, saiu de suas casas para juntar-se a eles na marcha e, em gesto simbólico, colocou no cano das armas dos soldados os cravos vermelhos das floristas da Praça do Rossio” (TESCHE, 2007, p.12).

novembro de 1975. Mesmo com a independência, Timor-Leste encontrava-se vulnerável por conta dos conflitos internos (disputa entre os partidos políticos que causaram muitas mortes e golpe de 1975). Aproveitando-se da situação, os indonésios invadem Timor-Leste em 7 de dezembro de 1975, tornando-a sua 27ª província, com uma ocupação hostil e violenta, possuindo apoio do governo Estadunidense (lembrando que nesse período o mundo vive as ameaças da Guerra Fria), pois viam na FRETILIN uma organização de caráter marxista. (DURAND, 2009; GUNN, 2007)

Em decorrência desse quadro político, se inicia uma guerra civil de grandes proporções em Timor-Leste, que perdurou por 24 anos e levou à morte mais de 250 mil pessoas³, cerca de 1/3 da população conforme nota sobre a história de Timor-Leste descrita no portal online do governo. (TIMOR-LESTE. [2018?]).

Frente à situação de Timor-Leste, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) lançou duas resoluções (RCS 384 e RCS 389) que reiteravam a defesa do

Direito inalienável do povo de Timor-Leste à autodeterminação e independência, de acordo com a Carta da ONU e à Declaração sobre Concessão de Independência aos Países Colonizados contida na Resolução da Assembleia Geral 1514 (XV) de 14 de dezembro de 1960 - mas não continham nenhuma sugestão de medidas concretas para que tal viesse a ser possível. (CAREY, 2016, p. 378)

A resolução 384 de 22 de dezembro de 1975 censurava a colonização portuguesa e lastimava a intervenção das forças armadas indonésias, porém não ofereceram nenhuma medida mais efetiva:

À agressão, à quebra da lei internacional, e à ocupação militar. [...] Solicitava à Indonésia a retirada sem demora das suas forças, e pedia ao governo do Portugal e a todos os restantes estados e partes interessadas para que cooperassem completamente com a ONU por forma a conseguir que o povo de Timor-Leste dispusesse da possibilidade de exercer livremente o seu direito à autodeterminação – mas não contemplava qualquer sanção para a Indonésia para o caso desta não acatar a resolução. (CAREY, 2016, p. 378)

Uma diferença significativa entre as resoluções é a de que a segunda (RCS 389) retira a referência aos problemas de Portugal como colonizador e à intervenção armada da Indonésia. O resultado foi o silêncio português que vivia no regime Salazarista, o não cumprimento por parte da Indonésia de tais resoluções e, durante 23 anos, a situação em Timor-Leste não foi considerada suficientemente grave para ser considerada ameaçadora da paz e da segurança internacionais, de modo que justificasse a intervenção no território pelo Conselho de Segurança da ONU (CSNU). (CAREY, 2016)

³ Ainda que seja uma estimativa oficial, há controvérsias sobre esse número. Alguns timorenses estimam em 400 mil o número de mortos.

Em 12 de novembro de 1991, pelo menos 250 pessoas foram mortas e centenas feridas, além de mais mortes nos hospitais. Pessoas em luto participavam de uma missa em uma paróquia de Díli (capital de Timor-Leste), em que duas semanas antes soldados indonésios mataram o jovem ativista pró-independência Sebastião Gomes. Após o fim da celebração, uma procissão se dirigia ao Cemitério de Santa Cruz, onde o jovem foi sepultado. No caminho “as pessoas erguiam faixas e gritavam slogans em favor da independência” (JARDINE, 1997, p. 18). Se uniram à procissão diversas pessoas que tiveram a atenção despertada em seus locais de trabalho e casas situados no caminho dela. Logo dela participavam milhares de pessoas. Alguns membros da procissão entraram no cemitério com a família de Sebastião e outros ficaram fora dos muros. Foi então que perceberam a aproximação dos soldados indonésios que bloquearam o retorno para a cidade. Sem aviso ou provocação abriram fogo contra a multidão (JARDINE, 1997).

O ocorrido foi documentado por um jornalista britânico⁴ e outros repórteres estrangeiros, gerando inúmeras campanhas na internet e protestos pró Timor utilizando as imagens do massacre de Santa Cruz junto às embaixadas da Indonésia, estadunidenses e britânicas em diversos países do mundo, assim como junto às Nações Unidas a fim de exigir uma rápida intervenção (JARDINE, 1997).

Em 1998 com a queda do governante indonésio, o general Hadji Mohamed Suharto, assumiu a presidência Bachruddin Jusuf Habibie, que concordou em realizar um referendo em Timor-Leste. O CSNU estabeleceu a partir da resolução 1246 de 11 de junho de 1999 a UNAMET (Missão das Nações Unidas no Timor Leste) a fim de garantir a segurança para a realização do referendo no intuito de dar ao povo timorenses a sua chance de autodeterminar-se. A população votaria “sim” em caso de escolher a integração à Indonésia, com autonomia, ou “não” se a independência fosse a preferência. Então em 30 de agosto de 1999, ocorreu a realização do pleito, com aproximadamente 80% dos votos apoiando a independência de Timor-Leste. Descontentes com o resultado da votação divulgado dias depois (4 de setembro), milicianos armados pelo exército indonésio empreenderam ações de assassinatos, de violência e incendiárias que devastaram grande parte da infraestrutura de Timor-Leste. (ARAÚJO, 2014)

Em 15 de setembro de 1999, pela resolução 1264, o CSNU autoriza o estabelecimento da INTERFET (Força Internacional para o Timor Leste) que cria uma força multinacional a

⁴ Max Stahl, “cuja câmera de vídeo capturou o horror, chamou-o de ‘massacre a sangue-frio e premeditado’” (JARDINE, 1997, p. 19).

fim de auxiliar a UNAMET no esforço de restauração da paz e segurança da região e facilitando as operações de ajuda humanitária. (ARAÚJO, 2014)

Conforme Araújo (2014), em 25 de outubro de 1999, através da resolução 1272, o CSNU autoriza a criação da UNTAET (Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste) atribuída da responsabilidade total na administração do país e incumbida de garantir pacificamente a transição à independência, reconstruindo a infraestrutura do território em paralelo com a administração política. O autor ainda retrata que o CSNU buscou incentivar a cooperação entre os Estados-Membros da ONU a fim de que elas pudessem garantir os recursos para a execução dos trabalhos da UNTAET.

Eleições foram realizadas para a composição da Assembleia Constituinte, que elaborou a atual Constituição de Timor-Leste. Ela passou a vigorar em 20 de maio de 2002, data que marca a devolução da soberania do país aos seus habitantes, assim como assinala o dia da Restauração da Independência de Timor-Leste (TIMOR-LESTE, [2018?]).

A seguir trata-se da importância da educação para a reconstrução da nação timorense e da estruturação do ensino superior em Timor-Leste.

1.1 Educação como Estratégia de Reconstrução Nacional

No ano de 2011, a partir de um esforço conjunto da sociedade timorense, foi lançado o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) 2011-2030. O PED 2011-230 possui planos de ação a serem implementados no curto (um a cinco anos), médio (cinco a dez anos) e longo (dez a vinte anos) prazos. Constitui um volume de políticas em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU, um guia com estratégias bem definidas para que se “possibilite um desenvolvimento inclusivo, sustentável e a longo prazo em Timor-Leste” (PED 2011-2030, 2011, p. 12). Nele consta que “nossa Nação possui quatro atributos determinantes, que permite afirmar que está bem colocada para concretizar a nossa visão: vontade política, potencial econômico, integração nacional e população dinâmica” (PED 2011-2030, 2011, p. 10).

Timor-Leste é detentor de recursos naturais valorizados no cenário internacional atual, especialmente o petróleo. Há, no entanto, a necessidade de adequação e desenvolvimento do setor para assegurar as bases de uma economia forte. Apesar desse fato, o país busca diversificação da matriz econômica estatal utilizando os recursos da indústria petrolífera para investir na educação, serviços de saúde, auxílio aos agricultores a fim de que o setor agrícola seja o líder na geração de emprego e renda no âmbito privado. Além disso, a posição

geográfica estratégica do Timor-Leste pode ser aproveitada para se estabelecer relações de comércio e parcerias com os vizinhos prósperos da Ásia (PED 2011-2030, 2011).

No campo da integração nacional, Timor possui condições reais de estabelecer ligações entre a população de sua zona urbana e rural, pois é um país pequeno em extensão com cerca de 15.000km² e segundo o censo de 2010, a população é de 1,066,409 habitantes. O desenvolvimento da infraestrutura necessária para a interligação da população (entre si e com o exterior) é um objetivo do PED 2011-2030 a partir do melhoramento no setor das telecomunicações, estradas, portos e aeroportos (PED 2011-2030, 2011).

O dinamismo da população é eminente pela própria constituição dela. Segundo o PED 2011-2030, mais da metade da população possui menos de 19 anos, algo que traz desafios e grande responsabilidade aos governos, mas também oferece largas chances à nação. É essa geração que se tornará em algum tempo a maior parte da força de trabalho timorense. Cabe dizer que o PED 2011-2030 busca justamente oferecer oportunidades para a reconstrução do país pensando no futuro desses jovens e da nação (PED 2011-2030, 2011). Segundo Fonseca (2018) das divisões administrativas encontradas em Timor-Leste (Distrito – Subdistrito - Suco) está reservada a participação de dois jovens (um por cada sexo) como membros do conselho de Suco, a menor unidade administrativa de Timor-Leste podendo ser composto por uma ou mais aldeias.

O presidente da República de Timor-Leste, no ano de 2011, José Ramos-Horta, Prêmio Nobel da Paz (1996), escreve o prefácio do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, em que explicita a base do desenvolvimento nacional intrinsecamente ligado à educação:

É com especial prazer que, após a nossa longa luta pela independência e quase uma década de construção do nosso Estado soberano, me encontro agora numa posição que me permite escrever um prefácio para um plano que visa desenvolver a nossa nação de Timor-Leste ao longo dos próximos 20 anos. [...] Com a sua forte incidência na educação, o Plano desenvolverá as nossas qualificações e capacidades para que possamos assumir o controlo pleno do nosso desenvolvimento económico, criando oportunidades para os jovens timorenses. (PED 2011-2030, 2011, p. 7-8)

Com base no disposto, verifica-se que o foco do desenvolvimento nacional de Timor-Leste está baseado na otimização do capital social que encontra na geração jovem seu fio condutor. No Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, são elaboradas ações para a reconstrução do ensino em Timor-Leste em todos os níveis de educação. Para a análise deste trabalho, será utilizado o Ensino Superior como eixo.

1.2 Ensino Superior timorense

O ensino superior em Timor-Leste se constitui em duas bases, o técnico e o universitário, possui financiamento estatal a fim de garantir maior acesso com equidade e qualidade aos alunos. No ano de 1999, o quantitativo de alunos universitários passava de 4000, porém, nos anos 2000, o Ensino Superior passou por uma fase de negligenciamento tendo em vista a necessidade de maior urgência na reconstrução de outros subsetores da educação como a educação básica. Muitos dos alunos de ensino superior participaram desse processo como professores devido à carência de profissionais docentes (PNE da Educação 2011-2030, 2011).

O ensino superior técnico compreende curso de dois anos, quatro semestres, conferindo, respectivamente, diploma I ou II. O ensino superior universitário compreende curso de bacharelado, licenciatura, mestrado e doutoramento conferindo, respectivamente os graus de bacharel, licenciado, mestre e doutor. O ensino superior universitário compreende ainda curso de Pós-Graduação, conferindo diploma de Pós-graduação. (RIBEIRO, 2015, p. 55)

Considerando esse fato, o subsetor do ensino superior perdeu muitos alunos e outros 2000 exigiram o seu reingresso nas universidades indonésias que estudavam antes do referendo sobre a independência. Foi a partir de bolsas⁴ concedidas pela comunidade internacional que 1500 alunos puderam dar prosseguimento a sua formação na Indonésia. (PNE da Educação 2011-2030, 2011)

Em novembro de 2000 retoma as suas atividades a Universitas Timor Timur (Universidade de Timor-Leste) assim como o Politécnico do distrito de Hera, que se transformou na Faculdade de Engenharia. Havendo a fusão destas duas instituições foi criada a Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL). A autonomia da UNTL foi garantida através do desenvolvimento de um arcabouço legal pelo Ministério, o que confere o desejo de esta ser a universidade pública de Timor. Ela conta com moderna gestão (participando os setores público e privado, assim como professores e estudantes) e financiamento para melhorar a capacidade de formação da universidade aliada as necessidades do país. (PNE da Educação 2011-2030, 2011)

No contexto do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, em 2011 haviam em Timor 11 instituições de ensino superior sendo apenas uma delas pública, a UNTL (Universidade Nacional Timor Lorosa'e). As outras 10 instituições privadas de ensino

⁴ Concedidas através do Programa de Bolsas para Timor Lorosa'e, criação da Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET). (Informações do PNE da Educação 2011-2030, 2011)

também necessitam estar em conformidade com os princípios do desenvolvimento nacional. (PED 2011-2030, 2011)

A educação em Timor-Leste no ensino superior pretende responder aos desafios do futuro com estratégias nos dois ramos de ensino (técnico e universitário). No ensino técnico a oferta será de cursos com média de um a dois anos de duração e especializados os quais buscarão o desenvolvimento de habilidades práticas na resolução de problemas juntamente com o desenvolvimento de capacidades educacionais alargadas. Já o ensino universitário será responsável pela criação e investigação de conhecimentos sendo uma preparação científica, além de técnica e principalmente cultural, para que o jovem possa continuar os estudos em especializações, mestrados e doutoramentos ou para entrada no mercado de trabalho. (Programa do V Governo Constitucional, 2012)

E para isso o PED 2011-2030 afirma a construção de um Instituto Politécnico para cada setor industrial estratégico de Timor, a saber: um Politécnico de Engenharia, um Politécnico relacionado à indústria de Petróleo que se estabelecerá no distrito de Suai, um Politécnico em Turismo e Hotelaria na região de Lospalos e um Politécnico em Agricultura a ser implantado na costa Sul do país. O Plano também fala em desenvolver um sistema de administração do ensino universitário com o intuito de coordenação às intervenções governamentais e ainda criar a estruturação de um orçamento prioritário (PED 2011-2030, 2011).

Por fim o Plano se compromete a elaborar e implantar um estável sistema de regulação da qualidade do ensino superior através

(i) do registo de todas as qualificações nacionais num Quadro Nacional de Qualificações (ii) do desenvolvimento continuado do órgão nacional de garantia de qualidade, a Agência Nacional de Avaliação e Acreditação Acadêmica, que será responsável por determinar padrões e critérios de garantia de qualidade para todos os cursos de ensino superior. (PED 2011-2030. p. 27)

No intuito de suprir as necessidades do desenvolvimento da educação superior em Timor-Leste, o governo realiza diversos acordos com outros países da comunidade internacional através da Direção Nacional das Parcerias e Cooperação (DNPC) abrindo oportunidade de acesso a seus nacionais no ensino superior, estes concorrerem a bolsas de estudo de graduação e pós-graduação no exterior. O intuito é o de que estes retornem a Timor-Leste com formação universitária e capacitação a fim de auxiliar na reconstrução do país (MEC, [200-?]).

Para regulamentar o regime de concessão de bolsas de estudos de graduação e pós-graduação em países estrangeiros, o governo da República Democrática de Timor-Leste instituiu o Decreto-Lei N° 30/2008, o que, segundo o governo timorense

Visa desenvolver medidas de âmbito social que promovam a melhoria das condições socioeconômicas e culturais da sua população. Nessa expectativa, o governo de Timor-Leste busca fomentar a qualificação dos recursos humanos e reduzir as desigualdades sociais de acesso ao ensino superior. (SOARES, 2017. p. 77)

Notadamente espera-se dos alunos bolsheiros o retorno ao Timor onde possam atuar profissionalmente evitando o que Barros e Nogueira (2015) citam como a “fuga de cérebros”, além de que o valor investido na formação desse estudante possa retornar ao país com trabalho.

Essa modalidade de cooperação internacional é chamada de Cooperação Acadêmica, que está inclusa na agenda da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), podendo ser ela realizada entre um “país desenvolvido” e um país “em desenvolvimento” ou entre dois (ou mais) países “em desenvolvimento” - são as denominadas cooperação Norte-Sul (CNS) e cooperação Sul-Sul (CSS). Esta última, realizada geralmente por países como Brasil, México, Índia, China, Turquia ou África do Sul com o objetivo de adequação ao cenário internacional competitivo. (MILANI, 2012)

Os termos “ajuda externa” ou “assistência ao desenvolvimento” demonstram a necessidade de uma relação entre dois países onde um se faz doador e outro receptor de auxílio, dessa forma estabelece uma relação de certo modo dominadora. Essa modalidade aconteceu no período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial a qual não tinha exatamente o objetivo do desenvolvimento, pois esta precisa objetivar de forma clara o desenvolvimento através de iniciativas comuns entre doador e receptor. (AYLLÓN, 2006)

Ressalta Silva (2008) que a dádiva da ajuda para o desenvolvimento acaba por condicionar o desenvolvimento de Timor-Leste, pois ele não dificilmente irá se opor a seu aos seus doadores em âmbitos de tomada de decisão internacionais, por exemplo na Assembleia Geral da ONU. Então as práticas de cooperação Sul-Sul são preferíveis.

A concepção brasileira, segundo Milani (2012, p. 227-228) para Cooperação Sul-Sul (CSS) é aquela que se faz a fundo perdido e entre países do “Sul Global” que possuem um passado histórico comum a fim de desvencilhar-se, conjuntamente, das amarras do colonialismo. Acredita-se que dessa maneira os objetivos da cooperação sejam o desenvolvimento econômico e a inserção internacional de forma diferenciada para as nações envolvidas.

Reis (2016) preocupa-se em salientar a definição de CSS onde fala que essa definição parte de seus protagonistas tradicionais (os países do Sul) e do objetivo geral dele que é a busca pelo desenvolvimento. Por isso se tem a correlação entre a CSS e a CID.

Dessa maneira, a cooperação acadêmica é configurada como uma vertente positiva das relações internacionais, colaborando com o desenvolvimento de países nos âmbitos econômico e social, pois a educação está relacionada de forma direta com a qualificação da mão de obra de um país. O intuito é a inserção competitiva internacional em uma sociedade globalizada onde uma economia capaz de atrair investimentos, capital e tecnologia está associada ao desenvolvimento dos recursos humanos locais (MRE. [200-?]).

Em conformidade com Reis (2016), na visão brasileira, a Cooperação Educacional se constitui como um importante instrumento na promoção do potencial dos países envolvidos. A relevância desse tipo de cooperação para o Ministério das Relações Exteriores brasileiro, conforme o autor também perpassa o aspecto político através do intercâmbio de culturas entre os seus habitantes. No próximo tópico tratar-se-á da cooperação brasileira e timorense no que tange a educação.

2 Timor no Brasil, Brasil em Timor

A cooperação brasileira com o Timor-Leste inicia-se em 1999 através do apoio da Agencia Brasileira de Cooperação (ABC) à recente nação asiática depois dela ter sido liberta da dominação indonésia. No ano 2000 realizou-se uma primeira missão da ABC ao Timor-Leste com o objetivo de apontar as áreas em que o Brasil estivesse habilitado a cooperar em um esforço de reestruturação do país (ABC, [2009?]).

Foram identificadas as áreas de educação, agricultura e formação profissional como prioridade na cooperação técnica brasileira; e em julho do mesmo ano foi realizada a assinatura do Protocolo de Cooperação Técnica entre o Governo do Brasil e a Administração Transitória das Nações Unidas (dois anos antes da constituição da República Democrática de Timor-Leste) o qual foi a porta de entrada para a implantação de projetos de cooperação técnica em Timor-Leste (ABC,[2009?]).

Foi em 2002 a assinatura do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de Timor-Leste, que entrou em vigor em 11 de maio de 2004 por meio da promulgação do acordo pelo decreto nº 5.104 de 11 de junho de 2004. Os objetivos descritos em tal acordo são os de fortalecer a cooperação educacional em todos os níveis e modalidades de ensino; formar e aperfeiçoar

docentes, pesquisadores, administradores educacionais, técnicos e outros especialistas em todos os níveis e modalidades de ensino; incentivar o intercâmbio de informações e experiências educacionais bem-sucedidas em ambos os países; e incrementar a cooperação interuniversitária e a produção científica. (BRASIL, 2004)

No início de 2003 foram selecionados seis professores brasileiros para compor a Missão de Especialistas Brasileiros em Educação (MEBE) a fim de realizar-se a primeira atividade de cooperação em educação Brasil–Timor. A incumbência da MEBE foi a de prestar “assistência na pormenorização e implantação do Plano de Desenvolvimento do Currículo Nacional; assessoria na redação da futura Lei Básica da Educação Nacional; e assistência na formulação de política de melhoria da preparação de professores de Língua Portuguesa” (BORMANN e SILVEIRA, 2007, p.235).

Entretanto, uma grande barreira detectada pela MEBE foi a falta de domínio por parte dos alunos e professores da língua escolhida para o ensino no país e que também é língua oficial, a língua portuguesa (os professores ainda ministravam aulas na língua do invasor indonésio). Os integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), notadamente Brasil e Portugal, ofereceram apoio a Timor-Leste no sentido de difusão da língua portuguesa a fim de se ter uma unificação linguística no país, algo que expressava o desejo das autoridades timorenses e da população à época (BORMANN e SILVEIRA, 2007).

Nos anos seguintes, em 2005 por exemplo, foram enviados 50 professores brasileiros a Timor perante tutoria da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com o intuito de prestar apoio aos professores timorenses de todos os níveis de ensino na reintrodução da língua portuguesa, auxiliando também na educação básica que era carente em número de profissionais. Em 2006 vinte e cinco professores de Timor foram estudar em Universidades Federais do Brasil. (GUSMÃO, 2010)

Com a criação do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G)⁵ a cooperação educacional brasileira com Timor-Leste amplia-se para o ensino superior a partir do intercâmbio de estudantes universitários de graduação.

Os estudantes-convênio, da mesma forma que os estudantes brasileiros, podem graduar-se nas mais diferentes áreas de conhecimento, que vão de Biológicas a Tecnológicas e Exatas, até Humanas e Artes, abarcando naturalmente inúmeros cursos. Letras, Comunicação Social, Administração, Ciências Biológicas e Pedagogia são os cursos que disponibilizam o maior número de vagas. (BARROS, NOGUEIRA, 2015, p. 124)

⁵ Criado pelo decreto nº 55.613 de 20 de janeiro de 1965 e revogado pelo decreto nº 7.948, de 12 de março de 2013, que desde então regulamenta e dispõe sobre o PEC-G.

Segundo Barros e Nogueira (2015, p. 125), entre 2006 e 2009, 36 estudantes-convênio de graduação que frequentavam universidades brasileiras eram originários de Timor-Leste. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) dos 992 estudantes-convênio de graduação que se matricularam em universidades de todas as regiões do Brasil entre os anos de 2011 e 2013, 23 deles advieram de Timor-Leste sendo um aluno em 2011 e 22 em 2013 (BRASIL, 2016).

Em 2014 apenas 1 estudante foi selecionado em Timor-Leste através do PEC-G para cursar graduação no Brasil. O curso foi o de Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com ingresso em 2014.2, o mesmo ocorreu em 2015, onde 1 aluno foi selecionado para o curso de Direito na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) com início previsto para 2015.1. (MRE, 2013; MRE, 2014)

No ano de 2016, o PEC-G selecionou 6 alunos de Timor-Leste em cursos e universidades conforme descrito na tabela abaixo, todos esses alunos possuíam provisão de início do curso em 2017.1, pois realizariam um ano de curso de português iniciando em 2016.1 conforme MRE (2015).

Curso	Instituição Brasileira de Ensino Superior
Geografia	Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
Enfermagem	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)
Ciências Biológicas	Universidade Federal de Roraima (UFRR)
Arquitetura e Urbanismo	Universidade Estadual do Goiás (UEG)
Medicina	Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
Engenharia Civil	Universidade da Amazônia (UNAMA)

Fonte: Elaborado pela autora com base no disposto em MRE (2015)

O resultado final por país de origem do PEC-G 2017 contemplou 11 candidatos para cursos e universidades em conformidade com a tabela a seguir:

Curso	Instituição Brasileira de Ensino Superior
Letras - Língua Portuguesa	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Letras - Língua Portuguesa	Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Letras - Língua Portuguesa	Universidade de Brasília (UnB)
Relações Internacionais	Universidade Federal Fluminense (UFF)
Ciência Política	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Psicologia	Universidade de São Paulo (USP)

Turismo e Hotelaria	Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)
Arquitetura e Urbanismo	Universidade do Estado do Goiás (UEG)
Medicina	Universidade Federal do Goiás (UFG)
Comunicação Social	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Ciências Biológicas	Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Fonte: Elaborado pela autora com base no disposto em MRE (2016)

O processo seletivo de 2018 contemplou 8 estudantes timorenses para ocupar vagas em universidades brasileiras no âmbito do PEC-G. Tais alunos iniciarão sua graduação no primeiro semestre de 2019, pois anteriormente a esse fato precisam passar por um período de curso de português, algo que não foi solicitado apenas para a aluna selecionada para cursar Enfermagem. Os oito cursos e instituições dos selecionados são:

Curso	Instituição Brasileira de Ensino Superior
Engenharia Agrícola	Universidade de Campinas (UNICAMP)
Turismo	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO)
Farmácia	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Arquitetura e Urbanismo	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Enfermagem	Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
Letras	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Relações Internacionais	Universidade de Brasília (UnB)
Direito	Universidade de Estado da Bahia (UNEB)

Fonte: Elaborado pela autora com base no disposto em MRE (2017)

Conforme Soares (2017), o Adido Educacional de Timor-Leste no Brasil, Luis Sequeira (atuante entre 2013 e 2015), afirma que a contribuição brasileira no âmbito da educação se apresenta como uma das quatro mais importantes para Timor-Leste estando ao lado de Portugal, Cuba e Austrália. A cooperação com o Brasil é estratégica para a consolidação da Língua Portuguesa em Timor-Leste, tendo em vista que muitos jovens de Timor não possuíram contato com este idioma antes da independência do país. Nesse aspecto, a contribuição de Brasil e Portugal são mais decisivas. (SOARES, 2017)

Contribuindo para a ampliação do número de estudantes timorenses de graduação no Brasil, o Ministério da Educação de Timor-Leste (ME-TL) e a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) assinam em 13 de abril de 2012 o Protocolo de Cooperação Acadêmica com base no benefício mútuo e na reciprocidade, possibilitando a vinda de estudantes timorenses para a instituição paraibana.

2.1 Cooperação Acadêmica: Ministério da Educação de Timor-Leste e UEPB

O texto do protocolo de cooperação firmado entre a instituição brasileira (UEPB) e o governo do Timor-Leste através de seu Ministério da Educação relata o desejo comum de promover a cooperação para o desenvolvimento com base no benefício mútuo e na reciprocidade. Salienta a importância da educação superior para se obter a inclusão social, a redução das desigualdades e a melhoria das condições de vida dos cidadãos dos países partes; além de identificar que a cooperação em matéria de educação superior (sobretudo em áreas prioritárias, identificadas de comum acordo) sucede-se como interesse especial para as partes. Objetiva-se, finalmente, incentivar a cooperação entre as partes nas áreas de ensino superior (UEPB, 2012).

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) situada na cidade de Redenção no estado do Ceará, até o ano de 2015 foi a instituição que mais recebeu estudantes oriundos de Timor-Leste. Em 2012 a instituição encontrava-se impossibilitada de receber a quantidade total de estudantes timorenses destinados a ela, fato que levou a UEPB a se disponibilizar a recebe-los em sua totalidade. (SOARES, 2017)

Então, em maio de 2012, 33 estudantes chegaram a Paraíba para cursar graduação e pós-graduação em cursos estabelecidos de forma estratégica pelo governo de Timor-Leste. Os estudantes passam a receber bolsa do Fundo Nacional para o Desenvolvimento Humano do Timor (FDCH) durante um período de 2 a 5 anos a depender do tempo de duração de cada curso (NOGUEIRA, 2014). Os estudantes são então chamados de bolseiros. Conforme pesquisa realizada por Santana (2017, p. 43) o valor da bolsa para estudantes de graduação é de 750 dólares americanos mensais.

Em 2015, uma segunda turma de alunos bolseiros timorenses (do FDCH) foi recepcionada na UEPB. Desta vez foram 18 estudantes destinados a cursos de graduação os quais possuem as mesmas condicionantes mencionadas anteriormente. Dessa forma totaliza-se o número de 51 estudantes timorenses presentes na UEPB oriundos da parceria firmada no protocolo de 2012. (SOARES, 2017)

A seguir se mostra um quadro com os cursos dos 51 bolseiros timorenses do FDCH (graduação e pós-graduação) de 2012 a 2017:

Quadro 05 – Estudantes timorenses na UEPB e seus respectivos cursos

CURSO DE GRADUAÇÃO	QUANTIDADE DE ALUNOS	CAMPUS
Administração	01	<i>Campus I</i>
Computação	06	<i>Campus I</i>
C contabilidade	02	<i>Campus I</i>
Direito	06	<i>Campus I</i>
Engenharia Civil	02	<i>Campus VIII</i>
Estatística	01	<i>Campus I</i>
Farmácia	01	<i>Campus I</i>
Letras	04	<i>Campus I</i>
Odontologia	05	<i>Campus I</i>
Pedagogia	01	<i>Campus I</i>
Química Industrial	07	<i>Campus I</i>
Relações Internacionais	05	<i>Campus V</i>
TOTAL DE ALUNOS NA GRADUAÇÃO		41 Alunos

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO	QUANTIDADE DE ALUNOS	CAMPUS
Mestrado em Ciências Farmacêuticas	01	Campus I
Mestrado em Desenvolvimento Regional	02	Campus I
Mestrado em Saúde Pública	02	Campus I
Mestrado Profissional em Formação de Professores	03	Campus I
Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Educação Matemática	02	Campus I
TOTAL DE ALUNOS NA PÓS-GRADUAÇÃO		10 Alunos
TOTAL DE ALUNOS TIMORENSES NA UEPB		51 ALUNOS

Fonte: SOARES, 2017. p. 79-80.

Como explica Santana (2017), o assistente do Adido da Educação de Timor atuante no Brasil no ano de 2017, Cesaltino Ximenes, informa que as bolsas do Fundo Nacional para o Desenvolvimento Humano do Timor (FDCH) são de dois tipos: a bolsa pública e a bolsa para os funcionários dos ministérios. A primeira é dedicada aos estudantes de graduação, a segunda para pós-graduação. Todos os 10 alunos da pós-graduação retornaram a Timor-Leste para continuar seus trabalhos no ano de 2015 atuando no processo de reconfiguração do sistema de educação de Timor-Leste, tendo em vista que pelo domínio da língua portuguesa ocupam espaços que anteriormente eram ocupados por estrangeiros (SANTANA, 2017).

O governo de Timor-Leste realizou um pedido para que, ao chegarem, houvesse um nivelamento inicial para os estudantes da graduação no modelo de ensino brasileiro. Dessa forma a UEPB realizou uma iniciativa pioneira denominada de “Semestre Zero” onde os alunos possuíam aulas de português e matemática objetivando a capacitação destes para iniciar seus cursos (NOGUEIRA, 2014).

Dessa forma, no primeiro semestre letivo de 2013 (2013.1 iniciou no mês de maio por conta de uma greve de professores) os alunos timorenses começaram seus cursos e a partir de então as dificuldades encontradas já não eram mais as mesmas, o português se fazia menos complicado ao se comparar com as visões de mundo distintas verificadas na bibliografia utilizada nos primeiros períodos dos cursos (NOGUEIRA, 2014).

A seguir tratar-se-á da experiência dos estudantes timorenses de graduação, retratadas a partir de entrevistas realizada com 13 alunos onde mais informações serão apresentadas sobre a recepção destes na Paraíba, considerações dos alunos sobre dificuldades enfrentadas durante a adaptação, a relação com demais colegas de classe brasileiros, com professores e funcionários da instituição, demonstrando assim a visão crítica de alguns alunos de graduação participantes do processo de cooperação.

2.2 Vivência Paraibana

Para chegarem ao Brasil, os estudantes timorenses passaram por um processo seletivo rigoroso em Timor-Leste. Os candidatos poderiam optar, primeiramente, pelo país que desejavam estudar - Portugal e Brasil eram as principais opções de língua oficial portuguesa. Havia vagas para Austrália e outros países, porém a necessidade era a de que o concorrente demonstrasse aptidão à língua inglesa.

Alguns alunos entrevistados informaram que a escolha do Brasil se deu, em primeiro lugar, pela questão idiomática (já que apesar de haver poucas pessoas que dominam o Português, é um dos idiomas oficiais do Timor-Leste, ao lado do Tétum) mas também por possuírem uma boa imagem do país no sentido de acolhimento - muitos informaram que acreditavam que o país seria mais aberto a recepcioná-los. Alguns inclusive possuíam familiares ou amigos que cursaram graduação (licenciatura) em Portugal e por questões de diferença de cultura, não passaram por um bom processo de adaptação. Além disso, outros contaram que tiveram contato com profissionais brasileiros que atuaram em Timor-Leste antes da vinda dos estudantes ao Brasil, o que lhes deu boas referências brasileiras.

Após a escolha do país, os alunos precisaram decidir (dentre as opções ofertadas e estrategicamente definidas entre o governo de Timor-Leste e as instituições de ensino superior) pelo curso de graduação que lhes fosse mais propício. Nessa altura (início de 2012), a entrevistada (A) informa que para os candidatos que escolheram o Brasil apenas estavam disponibilizados os cursos ofertados pela UEPB (Descritos no quadro “Estudantes timorenses na UEPB e seus respectivos cursos”; SOARES, 2017). Neste caso, os alunos optaram por

cursos conforme a disponibilidade de vagas e desejo pessoal. O entrevistado (B) informou que já trabalhava na área de informática em Timor-Leste e por isso optou por Ciência da Computação, por exemplo.

Foi necessário que os concorrentes da bolsa de estudo passassem por uma prova escrita e oral de língua portuguesa (foi ofertado um curso básico de português para os concorrentes, de forma a auxiliar no processo de preparação para a prova oral) de nivelamento básico. Em seguida foram necessários testes médicos que indicassem boa condição de saúde dos concorrentes a bolsa de estudos. Logo após veio o resultado.

Em pouco mais de um mês depois disso, os estudantes embarcaram e chegaram à Paraíba. Os primeiros alunos desembarcaram no aeroporto de Campina Grande, onde foram recepcionados por uma equipe de profissionais da Coordenadoria de Relações Internacionais da UEPB (Cori) e, em seguida, levados em um ônibus para suas primeiras instalações, uma casa para meninos e uma para meninas, em dois bairros diferente da cidade em parceria com um empresário local.

Após serem acomodados, os alunos iniciaram o curso do “Semestre Zero”, e como mencionado anteriormente, foram ofertadas aulas de Português e Matemática. O entrevistado (C) informou que após as primeiras aulas, os estudantes que estavam destinados a graduações da área de humanidades foram liberados das classes de Matemática caso desejassem, permanecendo apenas nas aulas de Português, já os que decidiram por cursos que necessitassem de maior embasamento matemático, permaneciam nas duas atividades.

Questionados sobre a efetividade das aulas de língua portuguesa do “Semestre Zero”, alguns alunos informaram em entrevista que o curso auxiliou bastante no início da adaptação com o idioma, porém poderia melhorar no sentido de ajudar os alunos na compreensão de textos acadêmicos, por exemplo, algo necessário à compreensão futura de leituras específicas das disciplinas em seus cursos de graduação.

Notou-se a partir dos dados da entrevista que as interações dos alunos timorenses com os colegas de turma brasileiros e os professores foram diferentes na realidade de cada departamento. Alguns alunos me relataram que as coordenações dos cursos foram sinalizadas da presença de estudantes estrangeiros nas turmas, fato que auxiliou bastante nesse processo. Nos cursos de odontologia e ciência da computação, por exemplo, entrevistados relataram como boa a relação professor-aluno (inclusive alguns alunos me informaram que os professores de suas turmas chegaram a fazer provas e trabalhos diferenciados, o que ajudou bastante no início do curso), assim como boa integração entre estudantes timorenses e brasileiros, na visão dos entrevistados, principalmente por serem cursos que trabalham com a

prática de atividades em sala de aula e fora dela, por exemplo as práticas laboratoriais na clínica escola da UEPB campus I.

Algo que contrasta com algumas experiências relatadas por entrevistados de outras áreas os quais informaram que o auxílio dos timorenses entre si no dia a dia acadêmico foi basilar e foi o que deu suporte para continuar a caminhada. Trabalhos em grupos eram realizados entre os alunos timorenses da turma, pois conforme os entrevistados, os brasileiros de suas turmas não desejavam realizar trabalho com os timorenses tendo em vista que porventura seriam prejudicados em termos de nota quantitativa netas atividades. Questionados sobre esse fenômeno, os entrevistados relatam que essa experiência foi encarada como proveitosa, pois os motivou a trabalhar entre si a fim de mostrar seu potencial.

A participação dos brasileiros não foi totalmente negligente, o entrevistado (D) ressalta a importância de competições esportivas, como o futebol e o vôlei, pois foi a partir delas que as amizades (fora da sala de aula) passaram a introduzir os alunos no contexto da sala de aula.

Alunos do campus V da UEPB, por ser localizado em cidade diferente (João Pessoa) dos demais colegas bolseiros timorenses (Campina Grande), informam que sentiram uma maior dificuldade nesse âmbito social e acadêmico, pois muitas vezes, sentiam-se distantes de seu grupo de amigos de mesma origem e também distantes dos colegas brasileiros - relatam a falta de desenvolvimento de atividades extracurriculares na instituição para integrar os alunos.

De maneira geral, os estudantes timorenses de graduação presentes na UEPB consideram o processo de cooperação como bastante proveitoso e enriquecedor para sua formação acadêmica, profissional e pessoal. Em sua maioria os alunos classificam o apoio da universidade em relação às dificuldades citadas como muito bom e acreditam que a instituição não foi omissa em relação a esses fatos, pois buscaram saná-los dentro das suas possibilidades.

O entrevistado (E) informou em entrevista que representantes do governo de Timor vieram ao Brasil, com dinheiro público, visitaram os estudantes, levaram as reivindicações deles, voltaram ao país e nenhuma mudança foi implementada nesse contexto. Dessa forma os alunos sugerem que a instituição (UEPB) busque melhorar o sentido de cooperação facilitando o envio de representantes da instituição, de pesquisadores (professores e alunos) a Timor-Leste garantindo que as reivindicações dos estudantes da UEPB sejam ouvidas pelas autoridades de seu país a fim de que as próximas turmas sejam ainda mais produtivas.

No próximo ponto trago um pouco de análise a luz das escolhas profissionais dos estudantes timorenses da UEPB na perspectiva dos mesmos em retornar a sua pátria e contribuir com a reconstrução da nação e do Estado timorense.

2.3 Retorno à pátria

Na história de Timor-Leste, reflexos de conflitos são notáveis, porém durante todos esses eventos uma marca que se faz ainda maior é a relação do povo com a sua terra. Em relação aos estudantes bolsheiros timorenses que na UEPB se encontram, nota-se (em entrevista e no convívio) o sentimento de responsabilidade que cada um desses jovens carrega consigo, algo que é refletido em seus esforços durante todo o decorrer da graduação, assim como em seus Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC). No quadro a seguir trago alguns exemplos disso em títulos de trabalhos finais dos estudantes timorenses de graduação da UEPB, os dados foram concedidos pelos alunos em entrevista.

Curso	Tema do TCC	Período de apresentação
Direito	IMPORTÂNCIA DO PODER LOCAL: A EFETIVAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO ATRAVÉS DA DESCENTRALIZAÇÃO DEMOCRÁTICA (UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE HORIZONTALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E MUNICIPALIZAÇÃO EM TIMOR-LESTE)	2017.2
Direito	COMISSÃO DA VERDADE DO TIMOR-LESTE: UMA ANÁLISE À LUZ DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO	2017.2
Direito	DIREITO À PAZ. MISSÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO TIMOR LESTE	2017.2
Direito	APONTAMENTOS SOBRE A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO BRASIL E TIMOR-LESTE	2017.2
Odontologia	ESTUDO RETROSPECTIVO SOBRE HÁBITOS ORAIS DELETÉRIOS DE CRIANÇAS DA CLÍNICA ESCOLA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA	2017.2
Relações Internacionais	A ATUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS	2017.2

	HUMANOS DAS MULHERES NO TIMOR-LESTE DE 1999 A 2012	
Relações Internacionais	A INSERÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA DO TIMOR-LESTE: DA CHEFIA DA ALDEIA À PRESIDÊNCIA	2017.2

Fonte: Elaborado pela autora.

Este fenômeno foi observado também por Seixas (2011) em dissertações de mestrado apresentadas e publicadas em Portugal. Grande maioria delas é dedicada especialmente aos mestrados “em ensino” de caráter aplicado em áreas que variam entre engenharia agrônômica, produção alimentar, construção, medicina, desenvolvimento, entre outras. Entre 1999 e 2010 foram apresentados 72 trabalhos sobre Timor-Leste em instituições portuguesas.

Foram entrevistados estudantes timorenses das áreas citadas na tabela acima e também alguns que cursam Ciência da Computação, Química Industrial e Agroecologia, e todos os entrevistados (13 alunos) me informam que desejam retornar ao seu país e aplicar os conhecimentos adquiridos no Brasil, algo que é de grande valia para a reconstrução de sua pátria. Os projetos dos demais estudantes ainda estão em andamento e devem ser apresentados nos próximos semestres letivos.

Importante destacar que os esforços dos alunos timorenses da graduação está em estudar temas de relevância em sua sociedade e com implementação prática na realidade timorense. Os alunos relatam em entrevista que desejam praticar aquilo que escolheram para tema de seus trabalhos, ou seja, desejam exercer a profissão relacionada ao que escolheram estudar. Destacando os trabalhos acima citados que retratam as mulheres de Timor, por exemplo, eles ganham ainda mais peso por serem escritos por estudantes mulheres timorenses. Uma delas, inclusive, é filha de uma ex-militante da resistência no período da ocupação indonésia.

Alguns alunos também informam em entrevista que desejam continuar seus estudos no futuro (após um período de atividade remunerada), de forma a se especializar nas áreas que iniciaram no Brasil com a graduação. A pós-graduação poderá ser realizada, dependendo das possibilidades, em Timor-Leste ou no exterior novamente, porém mais próximo de sua pátria, pois a distância da família é um choque para muitos dos entrevistados.

Dois alunos bolsheiros de graduação da UEPB já finalizaram seus cursos e retornaram a Timor-Leste. Conseguiram lograr êxito em estágio dentro da sua área de formação. A seguir trago um quadro com os nomes dos estudantes, títulos de seus trabalhos e ano de defesa.

Nome do Estudante	Título do TCC	Curso	Ano de Defesa
Isidoro Amaral	Mulheres de Timor Leste: analfabetismo e subjetividade.	Letras – Língua Portuguesa	2016
Zaqueu Maria Marques	A disputa da fronteira marítima entre Timor-Leste e Austrália: Regime Jurídico no Direito Internacional	Relações Internacionais	2017

Fonte: Elaborado pela autora.

A segunda turma de timorenses foi recepcionada e acolhida pelos colegas timorenses da primeira turma em 2015, uma adaptação que se fez mais favorável. Esses alunos hoje estão em média na metade de seus cursos buscando realizar sua graduação com o mesmo sentido de responsabilidade para com a sua nação como foi informado em entrevista.

O reconhecimento de nação e a construção do Estado de Timor-Leste no período pós-independência respeitou a vontade do povo quanto à autodeterminação reconhecida a partir do sufrágio universal e voto secreto das eleições de 30 de agosto de 1999. Neste momento de independência, passados os longos anos de administração colonial e posterior ocupação indonésia, a retirada das forças indonésias deixou um vazio administrativo no governo central do território (algo que não se pode falar na esfera das aldeias e sucos). Uma nova configuração de estado foi iniciada do zero, incorporando características estruturais portuguesas como o regime político semipresencial, o sistema de eleições e de ordem desse processo e fundamentos filosóficos no sistema jurídico, porém com características timorenses, não apenas importando um novo modelo estatal. A estratégia timorense aqui vislumbra o alcance da paz de forma segura e também rápida, seguindo o exemplo de países africanos que assumiram a mesma postura e lograram êxito como Moçambique e Cabo Verde, por exemplo (FEIJÓ, 2010).

A questão idiomática também se encaixa nesse contexto quando da escolha pela língua oficial do país, elegidos o Português e o Tétum evidenciando a resistência timorense em face da ocupação indonésia. (GALDINO, 2012)

Pelas palavras do Adido da Educação de Timor-Leste no Brasil (2016-2017), Abrão dos Santos, em visita realizada à UEPB em maio de 2016, a universidade vem capacitando jovens timorenses com muita competência. Afirmou ainda que o retorno dos estudantes é aguardado com entusiasmo, pois os alunos adquirem muita bagagem na instituição paraibana.

A cooperação acadêmica é uma política estratégica do governo timorense tendo em vista que ao proporcionar conhecimento da língua portuguesa aos estudantes assim como sua integração cultural com nacionais dos estados membros da Comunidade de Países de Língua

Portuguesa (CPLP) avança no sentido de oferecer mais oportunidades de trabalho aos jovens e formar recursos humanos que consolidarão o processo de construção do estado e da nação timorense (UEPB, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes dos colonizadores portugueses chegarem ao Timor-Leste, a população acreditava que espíritos eram presentes em pedras, árvores, águas, pessoas (vivas ou mortas) e também em lugares. Traço cultural marcante e presente até os dias atuais na sociedade timorense. Muitos desses elementos ainda são considerados sagrados pelos timorenses atualmente, pois a tradição fez surgir mitos, fábulas e lendas repassados de geração em geração por via oral. (VIANA, 2012)

Os mitos de Timor-Leste não são apenas histórias que contam um passado distante. Antes, servem como referenciais morais que dizem respeito da própria cultura. Um exemplo é o mito do irmão mais velho e do irmão mais novo. Nas versões Fataluku e Mambai (duas línguas maternas timorenses), o mito relata que havia um ancestral que possuía dois filhos (na versão Mambai descreve-se como três filhos e ainda na versão Fataluku como sete) sendo um mais velho e outro mais novo (SEIXAS, 2007).

A cada filho foram entregues um instrumento e uma função. Um utensílio agrícola, similar a um pé-de-cabra, foi destinado ao irmão mais velho, enquanto que, ao mais novo lhe foi entregue uma pena e papel (Fataluku) ou um livro (Mambai). Em seguida, o irmão mais novo foi orientado a viajar para o Norte e o Ocidente, com o intuito de ampliação do conhecimento. Ao irmão mais velho foi confiada a missão de proteger o país em guerra. A situação equivale a um acordo: o irmão mais velho “fica” e o mais novo “parte”. Por fim, o irmão mais novo retorna para governar o país (Fataluku) ou um de seus irmãos viajou mar adentro para buscá-lo (Mambai). O irmão mais novo regressa após anos como o estrangeiro que detém conhecimento ou como português (VIANA, 2012).

Ter a oportunidade de sair do seu país de origem em busca de novas experiências e conhecimentos é um estímulo para muitos intercambistas. Relacionando com o mito citado, o irmão mais novo pode ser encontrado na figura dos estudantes timorenses bolsiros que participam do processo de cooperação acadêmica. Estes saem de suas casas em busca de conhecimento no intuito de voltar e ajudar no desenvolvimento de Timor-Leste.

A grande maioria dos estudantes timorenses entrevistados possui um desejo de auxiliar na reconstrução de seu país e cita em entrevista que por serem bolsiros o governo os

considera como prioridade para ocupação das vagas de trabalho dentre os mais diversos ramos da administração estatal. Essa condição é necessária para que o estudante que recebeu investimento do estado possa exercer atividade profissional remunerada na administração pública de Timor-Leste, conforme Decreto-Lei nº 30/2008 que regulamenta o regime de atribuição de bolsas de estudo no estrangeiro em seu artigo 5.º n.º2.

A responsabilidade de voltar ao seu país de origem com um diploma universitário e formação acadêmica, e também experiência internacional é a base para a construção de uma carreira profissional bem-sucedida para estes jovens, algo que contribuirá no desenvolvimento de sua nação. Além disso alguns dos estudantes em entrevista relatam que a formação acadêmica internacional é, antes de tudo, um orgulho para as suas famílias.

Os alunos que participaram dessa pesquisa são cidadãos de Timor-Leste que saíram temporariamente de seu país para buscar conhecimento, nos programas de graduação da UEPB, o que os leva a manifestar o desejo de voltar para a sua nação acreditando que o país necessita de recursos humanos capacitados para a sua reconstrução nesse período pós-independência.

Os estudantes timorenses possuem um senso de responsabilidade de desenvolver seu país em conformidade com os interesses nacionais como a formação de um estado democrático, que domina as duas línguas oficiais (Tétum e Português) e que tem base no desenvolvimento do capital social, onde uma nação próspera é aquela que possui recursos humanos capacitados.

A cooperação entre o Ministério da Educação de Timor-Leste e da Universidade Estadual da Paraíba contribui no processo de identificação nacional e de construção do Estado timorense à medida que forma os profissionais que atuarão em Timor-Leste independente, transformando a nação.

Em meio às dificuldades de adaptação em outra cultura, com outra língua e visões de mundo diferentes, a cooperação oferecida pela parceria entre o Ministério da Educação de Timor-Leste e a Universidade Estadual da Paraíba foi proveitosa para seus currículos, conforme os alunos timorenses entrevistados. Além disso (e não menos importante), a experiência de vida também será uma marca que estes estudantes terão consigo, os laços criados na convivência entre culturas poderá ser um importante diferencial nas relações internacionais, a medida que se considera que estas partem do nível dos indivíduos.

Por conta da instabilidade política vivida em Timor-Leste no último ano devido à dissolução do Parlamento Nacional, convocação e realização de eleições parlamentares antecipadas, em maio de 2018, o novo governo ainda não lançou seu plano de ação, por isso,

até o momento, não se tem informação sobre o recebimento de novas turmas de estudantes bolsiros pela UEPB (TIMOR-LESTE, 2018).

ABSTRACT

International cooperation marks the history of independent East Timor as of 2002. These include bilateral agreements with Brazil, such as the Education Cooperation Agreement signed in the same year, which provides scope for signing the Cooperation Protocol between the Ministry of Education of Timor-Leste and the State University of Paraíba (UEPB) in 2012 in the academic field. This protocol and its developments serve as the basis for this research. The objective of this paper is to present and analyze the experiences of the East Timorese student scholarship students in UEPB and discuss how they influence the professional choices of these young people who feel committed to the reconstruction of their country. Data collection consisted of digital media (Facebook, WhatsApp and E-mail) and face-to-face interviews with 13 Timorese students from Campus I (Campina Grande) and V (João Pessoa) from UEPB. The students sought during their undergraduate course to acquire knowledge that could be applied in their country enabling them to assist in the processes of state and nation building.

Keywords: East Timor. Brazil. Cooperation. Education. UEPB

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Cooperação Brasil – Timor-Leste**. [2009?] Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/projetos/cooperacaosul/timorleste>> Acesso em: 22 de fevereiro de 2018.

ARAÚJO, Wemblley Lucena de. **O Brasil no Conselho de Segurança da ONU: a posição brasileira sobre as operações de paz no Haiti e no Timor Leste**. (Dissertação de Mestrado) João Pessoa – PB. 2014.

AYLLÓN, Bruno. **O Sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento e seu estudo nas Relações Internacionais: a evolução histórica e as dimensões teóricas**. Revista de Economia e Relações Internacionais, São Paulo, vol. 5, n. 8, p.5-23, 2006.

BARROS, Deolindo; NOGUEIRA, Silvia Garcia. Cooperação educacional internacional Brasil/África: do programa estudantes-convênio de graduação (PEC-G) à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). Revista de Estudos Internacionais (REI), vol.6, 2015. p. 117-133.

BORMANN, Aliete; SILVEIRA, Marília. **Primeira missão de especialistas brasileiros em educação em Timor-Leste: Desafios e Impasses**. In: Timor-Leste por trás do palco: cooperação internacional e a dialética da formação do Estado / Kelly Cristiane da Silva, Daniel Schroeter Simião (organizadores) – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 234-254

BRASIL. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2011-2013** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Agência Brasileira de Cooperação. – Brasília: IPEA: ABC, 2016.

BRASIL. Decreto Nº 5.104, de 11 de Junho de 2004. **Promulga o Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de Timor-Leste, celebrado em Díli, em 20 de maio de 2002**. Brasília, DF. 2004. jun.

CAREY, Peter. **O Conselho de Segurança das Nações Unidas e a guerra. O caso de Timor-Leste (1975-1999)**. In: Timor-Leste: Colonialismo, Descolonização e Lusutopia / Rui Graça Feijó (Coordenação e Apresentação). Porto: Edições Afrontamento, 2016. p. 373-396.

DURAND, Frédéric. **História de Timor-Leste: Da Pré-História à actualidade. História Timor-Leste Nian. Husipre- históriato'o atualidade**. Lisboa: Lidel. 2009.

FEIJÓ, Rui Graça. **Weaving new institutions, translating political grammars: a critical view on timorese political institutions and the “portuguse legacy”**. In: Translation, Society and politics in Timor-Leste/ ed. Paulo Castro Seixas. – Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2010. p. 157-171

FONSECA, Suzeti Rosária Guterres. **A Inserção da Mulher na Política do Timor-Leste: Da Chefia da Aldeia à Presidência**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Estadual da Paraíba. João Pessoa – PB. 2018.

GALDINO, Carolina Ferreira. **Nasce um Estado: A Construção do Timor Leste**. (Dissertação de Mestrado) São Paulo, 2012.

GUNN, Geoffrey C. **A ocupação indonésia de Timor-Leste: lições e legados para a construção do estado na nova nação**. In: Timor-Leste por trás do palco: cooperação internacional e a dialética da formação do Estado / Kelly Cristiane da Silva, Daniel Schroeter Simião (organizadores) – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 40-62

GUSMÃO, Maria Manuela. **Cooperação Bilateral Brasil-Timor-Leste na profissionalização docente em serviço: “Perspectivas e desafios do século XXI”**. (Dissertação de Mestrado) Brasília – DF. 2010.

JARDINE, Matthew. **O massacre de Santa Cruz**. In: Timor-Leste: este país quer ser livre. Organização Sílvia L. Sant’anna. São Paulo-SP. Editora Martin Claret Ltda, 1997. p. 17-20.

MILANI, Carlos R. S. **Aprendendo com a História: Críticas à Experiência da Cooperação Norte-Sul e Atuais Desafios à Cooperação Sul-Sul**. Caderno CRH, Salvador, v. 25, n. 65, p. 211-231, Maio/Ago. 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Direção Nacional das Parcerias e Cooperação**. [200-?]. Disponível em: <<http://www.moe.gov.tl/?q=node/113>> Acesso em: 10 mai 2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Cooperação Educacional**. [200-?] Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/cooperacao/3687-cooperacao-educacional>> Acesso em: 22 de fevereiro de 2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Divisão de Temas Educacionais (DCE). Processo Seletivo: Resultados. PEC-G 2014. **Resultado Final**. Publicado em 16/12/2013. Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/2014/PEC-G_2014_Resultado_Final.pdf> Acesso em 11 jun 2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Divisão de Temas Educacionais (DCE). Processo Seletivo: Resultados. PEC-G 2015. **Resultado Final**. Publicado em 03/11/2014. Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/2015/Resultado_Final_PEC-G_2015.pdf> Acesso em: 11 jun 2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Divisão de Temas Educacionais (DCE). Processo Seletivo: Resultados. PEC-G 2016. **Resultado Final**. Publicado em 03/11/2015 e atualizado em 15/02/2016. Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/2016/resultado_final_PEC-G_2016.pdf> Acesso em: 11 jun 2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Divisão de Temas Educacionais (DCE). Processo seletivo: Resultados. PEC-G 2017. **Resultado Final por país de origem**. Publicado em 02/12/2016. Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/2017/resultado_final_PEC-G_2017.pdf> Acesso em 11 jun. 2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Divisão de Temas Educacionais (DCE). Processo Seletivo: Resultados. PEC-G 2018. **Resultado final por país de origem**. Publicado em 06/11/2017. Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/2018/2018_res_final.pdf> Acesso em: 11 jun. 2018.

NOGUEIRA, Silvia Garcia. **A Cooperação Educacional entre o Brasil e o Timor-Leste: uma etnografia de 33 estudantes timorenses na UEPB/Paraíba**. (Projeto de Pesquisa) João Pessoa. 2014.

REIS JUNIOR, Danilo Rodrigues. **Cooperação educacional entre Brasil e Timor-Leste sob o paradigma do dom**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual da Paraíba. João Pessoa. 2016.

RIBEIRO, Imaculada da Conceição. **Educação e Formação de Professores no Timor-Leste (2000-2012)**. (Dissertação de Mestrado.) Florianópolis – SC. 2015.

SANTANA, Jéssica Rodrigues de. **As contribuições de pós-graduados timorenses para a construção do Estado de Timor-Leste: os egressos da UEPB**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Estadual da Paraíba. João Pessoa – PB. 2017.

SEIXAS, Paulo Castro. **Dualismo, violência mimética e cultura da tradução: A crise de Timor-Leste**. In: Timor-Leste por trás do palco: cooperação internacional e a dialética da formação do Estado / Kelly Cristiane da Silva, Daniel Schroeter Simião (organizadores) – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 63-94

SEIXAS, Paulo Castro. **Timor-Leste Na Construção Científica Pós-Colonial nos Últimos 10 Anos Em Portugal: Entrea Sedução Etnográfica e a Política de Ajustes**.

SILVA, Kelly Cristiane da. **A Cooperação Internacional como Dádiva. Algumas Aproximações**. Mana. Estudos de Antropologia Social, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v14n1/a06v14n1.pdf>> Acesso em: 15 jun. 2018.

SOARES, Christiano Cordeiro. **Tecendo saberes etnomatemáticos: um diálogo intercultural entre Brasil e Timor-Leste**. (Dissertação de Mestrado) Campina Grande - PB. 2017.

TESCHE, Camile Carolina Pereira da Silva. **História e poder: uma leitura de *Levantando do chão***. (Dissertação de Mestrado) São Paulo – SP. 2007.

TIMOR-LESTE, Jornal da República. **Decreto-Lei n.º 30/2008 de 13 de agosto**. Regime de atribuição de bolsas de estudo no estrangeiro. Série I, n.º 35. Díli – TL. p. 2567-2572. Disponível em: <<http://mj.gov.tl/jornal/lawsTL/RDTL-Law/RDTL-Decree-Laws-P/Decree-Law-2008-30.pdf>> Acesso em: 01 jun. 2018.

TIMOR-LESTE, Ministério da Educação. **Plano Nacional Estratégico da Educação 2011-2030**. 2011. Díli – TL.

TIMOR-LESTE, Portal online do governo. **História**. [2018?]. Disponível em: <<http://timor-leste.gov.tl/?p=29>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

TIMOR-LESTE, Portal online do governo. Notícias. **Presidente da República anuncia dissolução do Parlamento**. 2018. Disponível em: <<http://timor-leste.gov.tl/?p=19271&n=1>> Acesso em: 12 mai. 2018

TIMOR-LESTE, Portal online do governo. **Sobre**. [2018?]. Disponível em: <<http://timor-leste.gov.tl/?p=547>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

TIMOR-LESTE, República Democrática de. **Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030**. 2011. Díli – TL.

TIMOR-LESTE, República Democrática de. **Programa do V Governo Constitucional, 2012-2017**. 2012. Díli – TL.

UEPB. **Novo adido da Educação do Timor Leste ressalta importância da formação oferecida pela UEPB a jovens asiáticos**. 2016. Disponível em: <<http://www.uepb.edu.br/novo-adido-da-educacao-do-timor-leste-ressalta-importancia-da-formacao-oferecida-pela-uepb-jovens-timorenses/>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

UEPB. **Protocolo de cooperação entre o Ministério da Educação da República Democrática de Timor-Leste e a Universidade Estadual da Paraíba**. 2012.

UEPB. **Recepcionados estudantes do Timor Leste que farão graduação e pós-graduação na UEPB**. 2013. Disponível em: <<http://www.uepb.edu.br/uepb-recepciona-estudantes-do-timor-leste-que-iniciaraos-cursos-de-graduacao-e-pos-graduacao-neste-semester/>> Acesso em: 11 mai. 2018.

VIANA, Xisto. **Contar histórias: refletir sobre a memória cultural de Timor-Leste**. (Dissertação de Mestrado) Porto – PT. 2012.